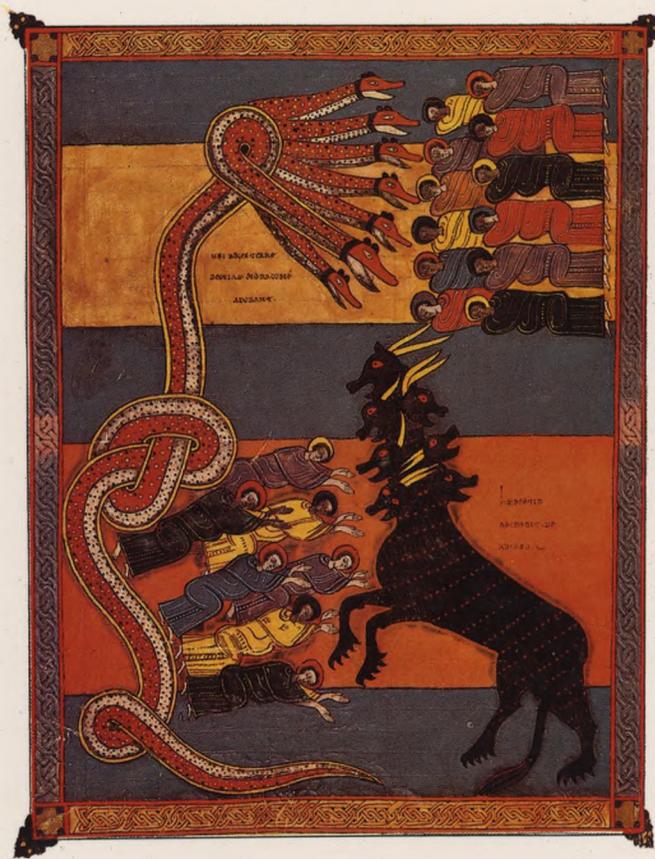


⓪ Sagrado e o Profano



HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1986

D. JOÃO V, REI-SOL

1. Todo o monarca é uma «vedeta». Colocado, pela sua condição, pelo seu temperamento, pelo sistema político e social de que é centro e emblema, na convergência de todas as atenções, constrói uma imagem, lança modas, orienta uma certa modalidade do imaginário social. Ao mesmo tempo, é caprichoso: requer todos os cuidados para prolongar a imagem que criou, somente aceita os objectos e procederes que desenvolvam esse género de representação. Situado num local privilegiado, procura dar-se a ver numa postura que realce a intangibilidade dessa posição.

Paradigmático em relação a esta constatação é o corpo, físico e simbólico, do rei pensado e olhado na configuração solar, envolvendo na sua teia de significações historicamente situadas um aspecto importante e momentaneamente essencial daquela vertente da condição régia.

2. É sabido que a relação simbólica é tão velha como a condição humana — o animal, esse somente reage a um sistema de símbolos — tendo sido a diferenciação com o meio ambiente aquilo que permitiu ao homem primitivo a sua experiência intelectual inicial. Foram, no princípio, os «gestos diferenciados em esquemas», segundo a expressão de Gilbert Durand ⁰⁾, mas também, para além disso, e como assinala Bril, «as percepções agrupadas em motivos e assimiladas, arrumadas pelo órgão psi-^{*}

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

^{C1)} Gilbert Durand, *Les structures anthropologiques de Vima-ginaire*, 10.^a ed., Paris, Dunod, 1984, p. 62.

quico segundo estruturas» (2), aquilo que, de um modo em relação ao qual somente pressentimos os mecanismos, foi possível transmitir-se, determinando assim, gradualmente, os grandes arquétipos. A linguagem simbólica, sejam quais forem os veículos físicos que lhe possibilitem o desenvolvimento (gestuais, mímicos, fonéticos, etc.) aparece então como resíduo da nossa comunicação primitiva com a natureza (3).

Assim sendo, essa linguagem, se se reveste de alguma ambiguidade, se é, desde o início, uma linguagem «partida» — sabe-se que no seu étimo grego *simbolos* designa o objecto separado em dois, servindo cada uma das metades para confirmar num contacto ulterior a anterioridade de uma relação estabelecida (4) — é também uma linguagem que, na sua teia de significações progressivamente complexas e imbricadas, remete em última instância para uma relação primordial, de contacto directo com a natureza.

A simbologia solar encontra-se, naturalmente, nesta situação, e a elaborada trama de significações que, ao correr dos tempos, foi assumindo, liga a todo o momento o indivíduo a um objecto natural, tão perto dele, tão presente no seu quotidiano hoje como no primeiro dia da «criação».

A imagem solar é então proa da panóplia de símbolos que todas as civilizações foram erguendo. O sol foi, desde sempre, objecto de uma reverência sagrada que a todo o momento o liga a sucessivas referências de carácter simbólico. A luz e o calor que dele emanam constituem elementos óbvios que apelam a constantes associações: o calor é o emblema da fecundidade, do bem-estar e da prosperidade, a luz representa o incessante triunfo do dia sobre a noite, da claridade sobre as trevas (5). Perto de nós conhece-se o encontro da estrela com a simbologia iluminista e maçónica. E mesmo a civilização técnica contemporânea, que modulou as diferenças entre luz e escuridão, entre frio e calor, aceita as benesses e a magia solares, ciclicamente consumadas nas peregrinações aos novos santuários que são as praias cobertas de adoradores do astro-rei.

(2) Jacques Bril, *Symbolisme & Civilisation. Essai sur l'efficacité anthropologique de l'imaginaire*, Paris, Honoré Champion, 1977, p. 71. V. também Dan Sperber, *Le Symbolisme en Général*, Paris, Hermann, 1974, e Ernst Cassirer, *La Philosophie des formes symboliques. I. Le Langage*, Paris, Minuit, 1985.

(3) Cf. Erich Fromm, *Le Langage Oublié. Introduction à la compréhension des rêves, des contes et des mythes*, Paris, Payot, 1953, p. 104.

(4) Cf. J. Bril, ob. cit., p. 66.

(5) Cf. Georges Gusdorf, *Les principes de la pensée au siècle des lumières*, Paris, Payot, 1971, p. 297.

Durand assinala o triunfo da heliolatria na época de Hallstatt (de 1 000 a 500 anos a.C.), na mesma altura em que se desenvolve o culto do fogo e do céu (6). A devoção solar torna-se então universal. Adorado como Osiris no Egipto, Baal na Caldeia, Mithra na Pérsia, Hélios em Rodes, tornou-se Apoio à sua chegada a ocidente, na Grécia, antes de ser adoptado por Roma e continuado, sob formas várias e em sucessivas épocas, por todos os continentes. Em astrologia, o sol é também símbolo da vida, do calor, do dia, da luz, da autoridade, do sexo masculino, e toda a influência dos signos do Zodíaco é considerada como de essência solar (7). Copérnico, recorde-se ainda, coloca-o no centro de todo o universo, enquanto Telésio o ergue como alma da matéria (8).

Analogicamente, é o sol um símbolo universal do rei. Adoptada de longa data pelos potentados asiáticos como sinal de autoridade e de poder, aparecendo nas moedas romanas desde César, a representação gráfica da coroa solar, da auréola de raios atribuída a Mithra-Hélios, vai ser, na tradição cristã medieval, usada na representação de Cristo e dos santos (9), assim como, ainda que menos claramente, na estilização figurativa das coroas régias.

Os qualificativos solares são, aliás, a todo o momento aproximados daqueles que habitualmente rodeiam os monarcas (ainda que o inverso seja também verdadeiro). Animais solares, também grandes e poderosos no seu meio, são o leão e a águia, tantas vezes relacionados com o rosto simbólico dos reis. É que o sol, tal como o monarca, sendo ambos o centro de um sistema, brilhando igualmente na sua grandiosidade, dá vida, orienta e faz crescer a tudo quanto aos seus pés se estende.

3. A iconografia do Rei-Sol francês fará, no circunstancialismo histórico do absolutismo de origem divina, culminar essa tendência, prolongada muito ulteriormente nas mitografias napoleónica e nacional-socialista.

É por demais conhecida a apresentação de Luís XIV com Rei-Sol. O vestuário usado pelo soberano no *Ballet de la Nuit*, em 1653, é a tal respeito profundamente emblemático: um nú-

(6) Cf. G. Durand, *ob. cit.*, p. 167.

(7) Cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles*, Paris, Robert Laffont — Jupiter, 1982, pp. 891-896.

(8) V. o conjunto de artigos incluídos na colectânea *Le Soleil à la Renaissance. Sciences et Mythes*, Bruxelles, Presses Universitaires de Bruxelles, 1965.

(9) Cf. Luc Benoist, *Signes, symboles et mythes*, 3.^a ed., Paris, P.U.F., 1981, pp. 49-50.

mero sem fim de raios dourados desprende-se do centro que é o corpo do Rei-astro, a cor e a maquilhagem realçam a consistência doirada da estrela que é a fonte da vida e do homem que detém no seu ceptro todo o poder político.

A heliotropia desenvolvida por todos os seres vivos em relação ao astro-rei é aqui assumida pelos cortesãos, em primeiro lugar, mas também por todos os franceses na sua relação imaginária com o Rei-astro. A imagem solar de Luís será assim reproduzida, especialmente nas primeiras décadas do seu reinado ⁽¹⁰⁾, sob formas várias, simbolizando em pintura, na gravura, em escultura e na medalhística a centralidade do monarca; será, depois, fixada em Versalhes, criado como templo doirado destinado ao culto régio. Aqui o espaço do jardim e os diversos traços figurativos encontram-se ordenados segundo a lenda de Apoio-Luís.

Decerto que a propaganda tradicional da monarquia francesa de há muito era expressa por meio de um rica variedade de imagens simbólicas. Henrique IV e Luís XIII tinham feito desenvolver tal estilo de processos ^O¹). Mas seria Luís XIV a conduzir tal tradição ao seu *climax*. O próprio rei, ao afirmar que «os que vêm o príncipe mais de perto são os primeiros a dar-se conta da sua debilidade, e os primeiros também a dela abusarem» ⁽¹²⁾, ao declarar conhecer as virtualidades políticas de um preenchimento por parte do poder dos imaginários colectivos, traduz claramente a consciência da necessidade de uma distanciação potenciadora de autoridade e de poder absoluto. Tal seria obtido utilizando-se, entre outros, o expediente do efeito de distanciação materializado nessa forma de «divinização» do príncipe que temos vindo a observar ⁽¹³⁾. Ao mesmo tempo, a conceptualização política e a produção «poética»-propagandística, dirigidas a partir do centro do poder, procuravam desenvolver esse tipo de imagens, particularmente a analogia

⁽¹⁰⁾ Cf Jean-Marie Apostolidès, *Le roi-machine. Spectacle et politique au temps de Louis XIV*, Paris, Minuit, 1981, p. 86.

^C¹¹) V. Françoise Bardon, *Le Portrait Mythologique à la Cour de France sous Henri IV et Louis XIII. Mythologie et Politique*, Paris, A. et J. Picard, 1974.

⁽¹²⁾ Luís XIV, *A Arte de Governar* (tradução parcial das *Mémoires*), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, p. 41.

⁽¹³⁾ V. acerca do enquadramento deste processo: Ragnild Hatton, *At the court of the Sun King, in The Courts of Europe. Politics, Patronage and Royalty. 1400-1800*, ed. por A. G. Dickens, London, Thames & Hudson, 1977, pp. 233-261; Pierre Goubert, *Louis XIV et vingt millions de Français*, Paris, Fayard, 1966; e Robert Mandrou, *Louis XIV en son temps*, Paris, P.U.F., 1973.

solar, reproduzindo-a ao nível do imaginário do mais comum dos homens e projectando-a no exterior da nação ⁽¹⁴⁾.

4. Este comportamento não é, obviamente, somente fruto natural da personalidade autoritária do rei Luís, nem tão pouco apêndice menos formal de uma forma específica de absolutismo. Resulta antes, em larga medida e como modalidade específica, do modo barroco de ver e de sentir o mundo. Particularmente da forma como o centro do poder político entende e manipula esse condicionamento mental e cultural.

Um forte sensorialismo anti-intelectualista que, mesmo ao nível dos círculos culturalmente dominantes, agora se desenvolve, vai conduzir as mentes a formas irracionais e exaltadas de crença e a uma sede ilimitada de impressões essencialmente visuais (ou verbais visualisáveis). O homem barroco — não a larga massa de rurais, mas o habitante dos meios urbanos, que mais directamente participa neste processo de elaboração mental e estética — considera a natureza bruta, as formas rudes, como penosas, desprezíveis até. Daí que o homem deva dar a essa natureza uma outra forma, moldando-a, reordenando-a. Daí também uma sede infinita de novas impressões, um apetite ilimitado de maravilhoso e de sonante.

A maneira de tal tendência ganhar forma e de se desenvolver é fundamentalmente materializada através do gesto teatral. Uma notável e constante carência de signos teatralizados é específica de modo barroco de ver e de sentir o mundo. E o teatro erige-se agora, dada a importância que nele tem o visual e o representativa ⁽¹⁵⁾, como a modalidade artística mais propriamente barroca; dirigindo-se à vista e ao ouvido, atrai tanto o pobre como o poderoso, o instruído como o ignorante. É agora a verdadeira «arte de massas», que por via da força expressiva pode igualmente tocar a maioria analfabeta. Explica-se assim que se produza um «transbordar» do teatro para todas as formas de conduta colectiva e até para a própria conduta pessoal.

O poder político supremo saberá sempre utilizar tal sorte de processos em reforço da sua própria autoridade ⁽¹⁶⁾. É assim que a realza vai envolver todo o seu corpo num espectáculo

⁽¹⁴⁾ V. Joseph Klaitz, *Printed propaganda under Louis XIV. Absolute Monarchy and Public Opinion*, Princeton, Princeton University Press, 1976, assim como Etienne Thuau, *Raisson d'Etat et Pensée Politique à l'Époque de Richelieu*, Athènes, Université de Paris, 1966, e J.-M. Apostolides, *ob. cit.*

⁽¹⁵⁾ V. Emilio Orozco Díaz, *El Teatro y la teatralidad del Barroco (Ensayo de introducción al tema)*, Barcelona, Planeta, 1969.

⁽¹⁶⁾ Cf. José Antonio Maravall, *La cultura del Barroco*, Barcelona, Ariel, 1975, pp. 497-520.

quotidiano orientado. De um ponto de vista prático, e no domínio que aqui importa, essa atitude materializa-se a três níveis: através da utilização directa das grandes formas artísticas no engrandecimento de uma imagem mitificada da realeza, por meio da organização rigorosa dos diversos aspectos da vida de corte com vista a aureolar o poder do monarca e a reforçar a imagem de uma sociedade perfeitamente hierarquizada, através da celebração de manifestações de todo o tipo nas quais é o rei o centro das atenções. A utilidade, neste contexto, da sugestiva e ancestral metáfora solar parece óbvia.

O rosto projectado pelo rei Luís é, pois, perfeitamente enquadrável no âmbito de urna forma específica de afirmação de poder num meio especialmente sedento de luz e de novidade. E se os particularismos detectáveis na Europa barroca são diversos e inegáveis, a constância dos traços essenciais é tão evidente — sobretudo ao nível das correntes de expressão da cultura dominante — que as modalidades utilizadas acabam por se tornarem mais generalizadas do que se poderia eventualmente julgar. Ademais, a influência cultural francesa, clara neste domínio particular, é determinante⁽¹⁷⁾.

Por tal motivo, é inteiramente legítimo o reconhecimento de uma tentativa de introdução-reprodução da imagem do nosso rei D. João V como Rei-Sol.

5. Não é possível o lançar aqui de pistas prospectivas de um entendimento das razões que fizeram erguer o nosso rei mais claramente barroco justamente quando este movimento cultural já declinava em boa parte da Europa. Talvez a chegada jorrante do ouro do Brasil, talvez as novas condições criadas pelo fim das campanhas da Restauração e da guerra da Sucessão de Espanha, talvez ainda o prolongamento do atraso com que nos iam chegando as novidades de além-Pirinéus e o próprio temperamento do filho de D. Pedro II tenham motivado essa afirmação tardia⁽¹⁸⁾. Mas o que é inegável é o facto de a influência do modelo da Versalhes barroca — o classicismo francês não é senão uma vertente específica de um barroco europeu — se não ter limitado aos gostos e ao parecer do rei: mais do que o papel destacado da França na condução do gosto dos círculos dominantes foi a influência sobre a vontade de D. João da concepção francesa de autoridade e de grandeza régia que

⁽¹⁷⁾ V. Louis Réau, *L'Europe Française au Siècle des Lumières*, Paris, Albin Michel, 19al.

⁽¹⁸⁾ Projecto algumas hipóteses acerca desta matéria num estudo a publicar em breve.

determinou o sentido da procura do modelo ⁽¹⁹⁾. Se o barroco artístico português sofreu largamente a influência italiana, foi das margens do Sena que veio uma boa parte da inspiração para a condução do poder político, de acordo com o modelo dominante junto das monarquias do tempo. A expressão figurativa e simbólica do poder seguiu pois, essencialmente, o modelo francês, usando D. João V muito dos processos desenvolvidos pelo primeiro senhor de Versalhes.

Desde o dia da sua aclamação fez o rei materializar momentos nos quais se sentiu claramente a sombra ou a intervenção do seu desejo de magnificência. O sempre cuidado aspecto do soberano, a decoração criteriosa dos espaços que cruzava, a composição e a configuração de todas as cerimónias em que participava, tendiam sempre a realçar a sua posição central e as suas virtualidades directoras. No interior, onde, como nunca, se rodeava a pessoa do monarca de uma auréola distanciadora, nos Estados por onde circulavam ufanas as nossas delegações, tudo era organizado, sem que se olhasse a despesas, de modo a engrandecer a régia personagem lusitana e a fazer respeitar, à maneira do tempo, o Estado de que era senhor. Um só exemplo: depois de Utrecht, quando D. João envia embaixador à corte de Paris, este, o conde da Ribeira Grande, vai na sua entrada pública fazer atirar aos basbaques parisienses milhares de moedas de ouro e de prata cunhadas com a efigie do soberano português «merecendo tão nobre ideia repetidos applausos, pois fez que os mais preciosos metaes servissem de publicar a gloria do seu Rey, & da Nação Portuguesa» ⁽²⁰⁾. Como raios enviados pela régia majestade, assim os pequenos pedaços de ouro — imagem da luz solar, símbolo de tudo quanto é superior ⁽²¹⁾ — aqueciam as algibeiras dos felizes e atónitos espectadores.

6. É que ainda D. Pedro II era o rei de Portugal já havia quem procurasse inculcar no espírito da alteza o carácter apolíneo da sua função futura. Escreve um «espelho de príncipe» da época dedicado ao jovem João: «Nasce o Sol, & diffundindo os seus rayos, he sem excepção clemente para todos: fecunda

⁽¹⁹⁾ Cf. Yves Bottineau, «Le goût de Jean V: art et gouvernement», *Bracara Augusta*, n.º 64 (76), vol. XXVII, Braga, 1973, p. 343.

⁽²⁰⁾ Inácio Barbosa Machado, *Noticia da Entrada Publica Que fez na Corte de Paris em 18 de Agosto de 1715. O Excellentissimo Senhor D. Luis Manoel da Camara Conde da Ribeyra Grande*, Lisboa, Off. de Joseph Lopes Ferreyra, 1716, p. 12.

⁽²¹⁾ Cf. Juan-Eduardo Cirlot, *Diccionario de símbolos*, 5.ª ed., Barcelona, Labor, 1982, p. 344.

as plantas, que à sua luz resistem; augmenta os metaes, que a seu resplendor se escondem; solta as fontes, que com seu emulo se unem; & até aos mesmos barbaros, que o apedrejãrão no Occaso, aparece agradável no Oriente. Morre enfim, & depois de escondido, se conhecem melhor da sua clemência os effeytos.... Olhe V. A. na noyte para o Ceo, verá o exemplo, que lhe deyxa o Sol» (22). E mais claramente ainda: «A deleytaçãõ dos olhos he a vista do Sol: & a alegria do povo he a presença do Rey. O Sol diffunde o calor com a luz: o Rey communica com o aspecto o amor. O Sol tira as exhalações dos subditos. O Sol vivifica com seu benevolo aspecto: o Rey dá vida com seu benigno semblante» (23), ou, preto no branco, «Joaõ he Sol, que aos demais illustra» (24). E explica-se até, num outro texto, de um modo que ultrapassa o simples jogo metafórico, o facto de ter D. João nascido antes do alvorecer: «Porque Déos creara o Sol para Monarca dos astros, & dominador do mundo, & quiz mostrar, que o nascimento dos Monarcas lhe levava mais as atençaões; ou quiz figurar no nascimento do Sol o nascimento do nosso Serenissimo Monarca» (25).

No dia da aclamação, dirige-se o desembargador Manuel Lopes de Oliveira ao novo rei de Portugal, designando-o como «esplendissimo Sol Oriente da nossa Lusitania voltando para estes seus obedientes vassallos os rayos da sua beneficencia» (26). Era assim crismado o nosso Rei-Sol, ao qual a vasta produção literária de carácter encomiástico nosso que o reinado conheceu nunca mais deixou de tratar como tal, como nesse canto lírico onde se afirma «Busca mi Musa en buelo presuroso / Vuestro

C²²⁾ Sebastião Pacheco Varela, *Numero Vocal, Exemplar. Catholico, e Politico, proposto no mayor entre os santos o glorioso S Joan Baptista: para imitaçam do mayor entre os principes o Serenissimo Dom Joam V. Nosso Senhor*, Lisboa, Off. de Manoel Lopes Ferreira, 1702, pp. 97-98.

(²³⁾ *Idem, ibidem*, p. 407.

(²⁴⁾ *Idem, ibidem*, p. 216.

(²⁵⁾ João da Fé, *Panegyrico dirigido ao Muy to Alto, e Muy to Poderoso Rey de Portugal*, Lisboa, Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1708, p. 10.

(²⁶⁾ *Auto do levantamento, e juramento, que os grandes, titulos seculares, ecclesiasticos, e mais pessoas, que se acharã presentes, fizerãõ ao muito alto e muito poderoso senhor El Rey D. Joã V. Nosso Senhor.... em a tarde do primeiro dia do mez de Janeiro do anno de mil e setecentos e sete*, Lisboa, Off. de Miguel Rodrigues, 1750, p. 19- Cf. também João Tavares Mascarenhas, *Vozes da Fama articuladas pelo intimo de hum affecto verdadeiro, exageradas, & nascidas dos amorosos desejos de hũa lealdade Portugueza na felicissima Coroaçaõ de Muyto Alto e Muyto Poderoso Rey, e Senhor Nosso D. Joã V*, Lisboa, Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1707.

Sol ya en u oriente agigantado» (27), ou ainda, na língua de Camões, «Do Regio Solio com Real agrado / Sahe o Luzo Monarca despedido, / De todos os Vassallos venerado, / E dos seus coraçõens obedecido» (28).

O próprio ouro da coroa — ou seja, a própria função régia — é julgado como prolongamento da personalidade apolínea e absoluta de João V: «Unindo o ouro illustre ao ouro humano, / Entre rayos de hum Sol, que honra Lisboa, / Mais cuidado se coroa, que coroa» (29). A figura dominante e resplandecente do monarca, que «para todos, para toda a esfera, / he pay, amparo, abrigo, e documento, / o templo, o Sol, o mar, a Primavera» (30), surge assim como infalível fonte de poder e de esplendor, capaz até de controlar os elementos. Sinta-se, na linguagem redundante própria da forma barroca de dizer, a expressão dessa possibilidade:

«Já brilha a Soberana Magestade,
com vistozo, e galhardo luzimento,
jà do Favonio a fresca amenidade,
começa a respirar com brando alento,
jà de tanta furioza tempestade,
se serena o confuzo movimento,
porque do seu furor principiado,
suspendeis fero impulso, arrebatado.

O procellozo Inverno enfurecido,
jà transformado em fresca primavera,
do seu rigor primeiro arrependido,

(27) Manuel António Lobato de Castro, *Descripción Metrica del Celeberrimo Culto, y Magnifico Aparato, con que la Soberana, Augusta, y Serenissima Magestad de Nuestro Rey, y Señor D. Juan El V. Solmnizó los dias de Corpus.... en ocho de Junio, año de 1719, y en trinta de Mayo de 1720*, Lisboa, Empresa Herreyrenciana, 1720, p. 3.

(28) D. Pedro José de Melo Homem, *Poema Heroico À Felicissima Jornada DelRey D. Joaõ V. Nosso Senhor. Nas plausiveis entregas das sempre Augustas, e Serenissimas Princezas do Brasil, e Asturias*, Lisboa, Off. da Musica, 1735, n. 4. Ver também a vasta compilação de poemas avulsos dedicados à pessoa de D. João V que se encontram na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, especialmente nos volumes 11, 19, 75, 417 e 418 da coleção de miscelâneas, onde a analogia solar aparece a todo o momento.

(29) Gaspar Leitão da Fonseca, *Serpentaquila Numerosa nas Augustissimas Vodas Dos muy Altos, & Poderosos Reys, & Senhores nossos*, Lisboa, Off. de Valentim da Costa, 1709, p. 24.

(30) Leonardo Pereira, *Ao feliz successo, com que. S. Magestade. fez sua jornada suspendendo o Inverno*, s. l., s. e., s. d. (possivelmente publicado por volta de 1729), p. 148.

nao se enfurece já, já não se altera;
mas com rara atençaõ, culto rendido
mostra naõ sendo já quem dantes era,
aquelle brado alento, e sosegado,
que em gentil primavera transformado» (S¹).

A forma hiperbólica não visa aqui senão realçar, propagar, a imagem de um rei onnipotente, capaz de intervir de um modo criador na evolução dos destinos do tempo: «Sò de ouvir vosso Nome Magestozo, / se humilha toda a terra estreme-cida» (32). A mensagem emblemática solar é excelente para servir este efeito.

7. A influência predominantemente italiana e católica no domínio das artes plásticas no tempo de D. João impediu, talvez, um desenvolvimento significativo do tema neste domínio específico. Ainda assim, restam por estudar as várias formas de arte de natureza perecível — coches, mobiliário, arcos triunfais, barcas régias, vestuário, objectos decorativos — onde, a um nível mais próximo do classicismo barroco francês, se prolongou na época a imagem de um soberano poderoso e superior (33).

Na sua conduta pública, sempre cuidadosamente medida e rodeada de grande aparato, em todos os actos nos quais participou, e que se procurou sempre fossem vistos pelo maior número possível de pessoas, foi o rei magnânimo o centro coberto de ouro do qual dependiam, como da fonte da vida, os factos e as gentes. Da composição daquilo que comia até à organização do local onde passava as suas noites, do ritual dos gestos com que recebia até à posição que ocupava nas cerimónias, tudo era escolhido em função do carácter sagrado da pessoa do rei, figurativamente expressa, também, na imagem solar.

(31) Francisco de Vasconcelos Coutinho, *Feudo do Parnasso e Victima Numerosa*, Lisboa, Off. de Pedro Ferreira, 1729, p. 5.

(32) *Idem, ibidem*, p. 149.

(33) Alguns exemplos e referências em relação à iconografia solar de D. João V podem ser encontrados no rosto e no interior de numerosos folhetos da época. Os volumes referenciados na nota 29 contêm alguns desses exemplares. Apontam-se apenas dois: *Oração Panegyrica no felicissimo casamento da Serenissima Senhora D. Maria Barbara, Infante de Portugal, e do Serenissimo Senhor D. Fernando, Principe das Asturias, recitada pelo Conde da Ericeira*, Lisboa, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1728, e *Descripçam do Arco Triunfal que a Naçam Ingleza mandou levantar na occasiaõ em que as Magestades dos Serenissimos Keys de Portugal... Foraõ à Cathedral de Lisboa*, Lisboa, Off. de Valentina da Costa Deslandes, 1708.

E a sua áurea grandeza, desta forma reconhecida em vida, deveria mesmo manter-se brilhando para lá das portas da inelutável morte, na recordação daqueles que, neste mundo, continuavam submetidos, ainda que através de outrem, à forma de poder da qual fora expressão maior e exemplar:

«Aqui neste Occidente se clausura
O Sol que illuminou ao Lisio mundo,
Hum Sol, que no alto Solio com brandura
Foy nesta Lusa esphera sem segundo.
Foy Rey, foy Sol, que em luz egregia, e pura
Do Solio no Zenith foy oriundo;
Se perdeo, como Cynthio, a Delia gloria
Sol mais puro renasce na memoria» (34).

D. João V, soberano e grandioso, autoritário e magnífico, deveria assim permanecer na memória colectiva das gentes sob a forma, que sempre desejara, de amo e de semi-deus, de Rei-Sol.

(34) João Crisóstomo de Faria, *Epicedio na sempre lamentável morte do Augustissimo, e Fidelissimo Senhor D. João V. Rey de Portugal*, Lisboa, Off. de Domingos Rodrigues, 1750, p. 20. Cf. também P.^e Brás da Costa de Mendonça, «Soneto», in *Culto Fúnebre A memoria sempre saudosa do Fidelissimo, Augusto, Magnifico e Pio Monarca o Senhor D. João V. Rey de Portugal, Collecção III*, Lisboa, Off. de Francisco Luís Ameno, 1750, p. 21.